

Desenvolvimento local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida

Local development and tourism: towards an ethical commitment and responsibility with place and life

Desarrollo local y turismo: por una ética de compromiso y responsabilidad con el lugar y con la vida

Sérgio Ricardo Oliveira Martins*

Recebido em 30/06/04; revisado e aprovado em 18/09/04; aceito em 17/02/05.

Resumo: Ao tratar de desenvolvimento local e turismo, o objetivo deste trabalho é refletir a relação que se estabelece entre os dois temas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, entendido como uma conquista a ser socialmente alcançada, isto é, desde do indivíduo até a coletividade, processo que envolve, irremediavelmente, entender e assumir uma outra consciência da realidade, das pessoas, do ambiente. Entende-se que tal consciência ecológico-humanista, que assume a sustentabilidade como conquista possível, implica em participação ativa, isto é, em engajamento social pautado por uma ética de compromisso e responsabilidade com a sustentação da vida.

Palavras-chave: desenvolvimento local; turismo; participação popular; sustentabilidade.

Abstract: In handling local development and tourism, the aim of this study is to reflect on the relationship which is established between the two themes in the perspective of sustainable development, understood as a conquest to be socially obtained, that is, individually and collectively, a process that involves, with all certainty, understanding and assuming another conscience of reality, of people and of the environment. It is understood that such an ecological-humanistic conscience, that takes on sustainability as a possible conquest, implies active participation, that is, social involvement regulated by an ethical commitment and responsibility with the sustaining of life.

Key words: local development; tourism; general participation; sustainability.

Resumen: Al tratar de desarrollo local y turismo, el objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la relación que se establece entre los dos temas en la perspectiva del desarrollo sostenible, entendido como una conquista a ser socialmente alcanzada, o sea, desde el individuo hasta la colectividad, proceso que envuelve, irremediavelmente, entender y asumir otra conciencia de la realidad, de las personas, del ambiente. Se entiende que tal conciencia ecológico-humanista, que asume la sustentación como conquista posible, implica en participación activa, o sea, en contratación social pautado por una ética de compromiso y responsabilidad con la sustentación de la vida.

Palabras clave: Desarrollo local; turismo; participación popular; sustentación.

1 Introdução

Como falar de desenvolvimento local e turismo sem ficar na tautologia da sustentabilidade ambiental ou socioeconômica que tem pautado os debates sobre os dois temas? Entende-se que é preciso ir além da superfície do conceito e avançar na análise dos fatores e condicionantes da insustentabilidade, isto é, daquilo que resulta no caráter insustentável de uma atividade humana qualquer, como o mercantilismo e o empreguismo que demarcam uma visão materialista e utilitarista do desenvolvimento.

Se há uma forte tendência, no pensamento e na ação, de entender o desenvolvimento com base na localidade, na gestão participativa e na geração de emprego (ou trabalho, ocupação) e renda locais, ainda estamos longe da condição em que “a comunidade desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade

de vida, ‘metabolizando’ comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos” (ÁVILA, 2000, p. 69). Sustentabilidade (multidimensional) e endogenia, portanto, não são atributos de uma modalidade de desenvolvimento local, mas qualidades intrínsecas à sua própria essência.

Entender o desenvolvimento local implica, em primeiro lugar, superar no âmago de cada um de nós o pragmatismo utilitarista e a percepção de melhoria associada unicamente à expansão material. Se, tal como acredita Capra (1982), todas as crises atuais são expressões de uma “crise de percepção” e indicam que estamos vivendo um momento de transição de paradigmas - de uma visão de mundo cartesiano-mecanicista, que entre outras crenças está o progresso material ilimitado, para uma visão ecológico-humanista, fundamentada na percepção sistêmica e integrada da realidade, na valorização da pessoa humana e no primado do

* Doutor em Geografia Humana pela FFLCH-USP e docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. (sergiom@ucdb.br)

equilíbrio - esta mudança depende diretamente das nossas ações. Neste sentido, entender o desenvolvimento local, em sua essência ecológica e humanística, requer uma verdadeira inversão e não uma simples revisão conceitual. A consciência "invertida" do progresso associá-lo-á à satisfação e ao bem-estar como parâmetro e finalidade e permitirá enxergar o ser humano como fundamento da pessoa.

No âmbito do desenvolvimento local, o turismo não deve ser apenas visto como uma atividade econômica para a qual se busca o caráter sustentável, a não ser que vejamos este processo exclusivamente como estratégia de geração de emprego e renda. Na medida em que o turismo se funda na relação entre pessoas e não apenas entre estas e os lugares, sua maior contribuição poderá ser o resgate e o fortalecimento da identidade cultural, da consciência humanística e não apenas ecológica e de uma formação/visão integrada e conectiva da realidade socioespacial.

A caminho de uma melhor compreensão (ou talvez melhor embasamento) da sustentabilidade, por certo será um grande passo se entendermos que o turista (tanto mais os que promovem o turismo) não deve continuar visitando (e percebendo) os lugares (os atrativos, as pessoas) como se estivessem indo a um supermercado adquirir um produto qualquer, atendendo às suas necessidades e desejos de consumo, sem tomar conhecimento das pessoas que ali trabalham em prol da sua satisfação. Neste sentido, entre o desenvolvimento local e o turismo (como é ou deveria ser com qualquer atividade socioeconômica) há compromissos e responsabilidades que, em última análise, devem ser assumidos com a sustentação/promoção da própria vida (humana inclusive). É nesta perspectiva que, nas linhas subsequentes, procurar-se-á oferecer uma modesta contribuição à reflexão do tema.

2 Desenvolvimento local: A questão crucial da participação

Em essência, o Desenvolvimento Local incorpora a perspectiva humanística de valorização da pessoa humana, a se tornar ela mesma sujeito efetivo do seu próprio desti-

no. É desenvolvimento a escala humana que se constitui do "protagonismo verdadeiro de cada pessoa" (CARPIO, 1999, p. 172). Tal protagonismo implica em uma postura pró-ativa a ser assumida por cada pessoa em sua luta cotidiana por melhor qualidade de existência, o que envolve condições materiais e imateriais. Tem a ver, pois, com o interesse, disposição e disponibilidade das pessoas pelo enfrentamento dos problemas que afligem a si e a comunidade que integram, portanto, numa perspectiva coletiva e não individualista. Eis até aqui duas das condições mais importantes do desenvolvimento local: a participação e o sentido de pertencimento a uma comunidade ou lugar. Tratam-se de questões centrais que pautarão esta breve reflexão conceitual, já que não há espaço para uma investida maior.

2.1 A participação enquanto envolvimento e compromisso

Participação é, antes de mais nada, envolvimento que não se mede com listas de presença, nem mesmo com a própria presença. É, pois, reflexa do interesse real e não casual que, por sua vez, depende de entendimento/compreensão da realidade. A vivência dos problemas ("senti-los na pele") ensina seus efeitos, suscita a procura de meios para contorná-los ou superá-los. E isto se dá no âmago do cotidiano, envolvendo práticas sociais e espaciais que, através da capacidade de percepção (e entendimento) do espaço vivido, afetam qualitativamente a experiência humana (DIAS, 1994). Relações sociais e com o espaço ocupam o cerne da luta pela sobrevivência, é conhecimento real de dificuldades reais e de possibilidades reais. Uma família carente recém-chegada a uma ocupação em meio urbano, por exemplo, levará algum tempo para estabelecer novos laços de amizade e ingressar efetivamente em uma rede de solidariedade; levará tempo igualmente para conhecer as alternativas e os meios de acesso a serviços e bens de consumo essenciais. Este é o processo em que, para essa família, o novo lugar se tornará seu lugar, trata-se do estabelecimento de uma nova territorialidade que se constrói no dia a dia, confrontando seu conhecimento e experiência anteriores com as con-

tingências e vicissitudes sociais e territoriais do novo lugar. A territorialidade, que se traduz pela “posse e o controle exclusivo do espaço por um indivíduo ou grupo de indivíduos”, dá-se por etapas de conquistas sociais e territoriais que são firmadas ao longo do tempo (DIAS, op. cit., p. 121).

O conhecimento popular e real dos problemas tem todavia os seus limites. Nos lugares, enquanto unidades conectivas do mundo atual, estão também presentes as forças “estranhas”, representantes de interesses distantes, não autóctones, de uma “ordem global” (SANTOS, 1996a). Esta é a razão do porque os problemas atuais, via de regra, não podem ser completamente entendidos (ou enfrentados) se analisados exclusivamente à escala humana, uma vez que há variáveis externas. Se, por um lado, faz-se necessário a presença de especialistas, promotores de assistências técnicas especializadas, por outro, a ação destes detentores de habilidades e competências deve ser regulada e conduzida pela comunidade em função estrita dos seus interesses (ordem local). Agentes externos podem até mesmo se arrogarem em uma pretensa condição de promotores de desenvolvimento local, mas este fenômeno lhe escapa às mãos. Desenvolvimento local, este “novo paradigma do desenvolvimento, de tipo endógeno, territorial” (CARPIO, 2001), que implica em uma postura nada tradicional diante da comunidade e do ambiente, postura esta que extrapola a mera assistência técnica, por princípio, não pode ser promovido, mas induzido e assistido por agentes externos.

Participação é muito mais do que uma conquista pessoal, uma vez que para ela concorrem fatores históricos, sociais, culturais, econômicos e espaciais. Este último intervém mais claramente com as distâncias e as localizações, onerando ou facilitando o exercício da cidadania. Esta poderá não passar de figura de retórica se não relacionada com o território, pois cidadão não é todo aquele que tem direitos e deveres assegurados por lei, mas aquele que efetivamente tem condições de exercer esses direitos e deveres. Isto quer dizer que, ao envolver práticas territoriais, em distintas espacializações e em uma sociedade diferenciada, a cidadania pode ser plena para uns e nula para outros¹. No nível

da participação, do envolvimento pessoal em ações coletivas, jogam o interesse, a consciência compreensiva, o compromisso com o coletivo, a solidariedade e, não se pode esquecer, as vantagens econômicas. Participar ou engajar-se efetivamente em qualquer mobilização não deve ser vista como uma decisão estanque, mas é absolutamente pessoal. A verdade é que a participação não se delega, mas apenas a presença (representatividade). Carecemos de uma visão mais pragmática da participação, no sentido de que ela ocorre (ou não) independente das formalidades que envolvem uma mobilização. O que realmente nos move à participação é o interesse, a insatisfação e o otimismo que vislumbra a vantagem, seja esta individual ou coletiva, ou ambas². Se ganhos individuais ou coletivos, o mais importante é considerar que o envolvimento pessoal passa por esta racionalidade. É, pois, improvável que qualquer pessoa se engaje estando às cegas sobre o futuro ou o resultado previsível de seus atos ou do grupo, tanto mais em se tratando de pessoas cuja carência econômica lhes impele à busca (ou a preocupação) constante com a subsistência.

Para uma maior clareza sobre este tema, são indicados a seguir os elementos aqui considerados indispensáveis a uma participação ativa e envolvente.

- Compromisso e responsabilidade

Em um contexto de mobilização deve imperar o senso de compromisso e de responsabilidade. As pessoas devem estar cientes do quê e por quê se comprometem e pelo quê são (co)responsáveis. Deve se evitar o ambiente assistencialista, em que há agentes responsáveis (externos) e beneficiários (da comunidade). Em situações de extrema carência, é a rede de solidariedade existente entre os membros de uma comunidade que deve ser acionada ainda que com o apoio material externo (assistência social oficial). É importante considerar que o desenvolvimento local não nasce em ambiente puramente assistencialista, mas a solidariedade ativa, a que se apoia, na convivência, nos laços de amizade, na contiguidade e compartilhamento dos problemas cotidianos, pode e deve ser fortalecida. O envolvimento efetivo nasce, fortalece e é fortalecido pela auto-estima e pela valorização das pessoas e do meio

em que vivem, com base no sacrifício e na luta do dia a dia.

- Conhecimento e não apenas informação

Conhecimento é capacidade de entender e agir sobre a realidade vivida, portanto capacidade de conduzir a própria vida. É indispensável que cada pessoa saiba o que quer para si e para sua família. Este é o parâmetro fundamental para avaliar as alternativas e os caminhos que se apresentam; para estabelecer uma relação salutar e produtiva com os agentes externos. Uma consciência pró-ativa, a que busca entender o problema e superá-lo, requer uma formação capaz de desenvolver nas pessoas a capacidade de se conhecer, de entender e interagir com a realidade a sua volta (ÁVILA, 2000). Realmente, a participação depende menos do grau de instrução ou de informação do que do conhecimento que uma pessoa tenha ou venha a ter, pois não prescinde da sua capacidade de racionalizar os sacrifícios e os benefícios em vista das ações a serem empreendidas em prol da satisfação das suas necessidades.

- Vantagens individuais e coletivas

Vantagem é objetivamente um algo mais além do previsto. Em termos de participação, o sentido admite que a vantagem possa ser traduzida na clareza de resultados positivos (ou benefícios esperados) advindos da ação de participar. Para engajar-se (participação ativa, envolvimento) em uma ação coletiva (organização, mobilização), a pessoa deve estar convencida de que seus interesses (em prol de si mesmo, da família ou da comunidade) podem ser melhores ou mais rapidamente alcançados desta forma do que se agir sozinha (OLSON, 1999). Esta é a racionalidade que faz qualquer pessoa comum, por menos instruída ou mais desinformada que seja. Obviamente, afora a intransigência, as pessoas podem ser convencidas, persuadidas em seus interesses.

Estes apontamentos, que apenas introduzem a questão da participação, estão longe de oferecer a dimensão real da sua complexidade. Investigá-la e discuti-la cientificamente é ainda uma lacuna entre os estudos sobre o desenvolvimento. As experiências com formas de gestão aberta à participação popular (como é o caso dos orçamentos participativos) são recentes e colocam

questões que ainda carecem de respostas. Não obstante, já se observa que há grande complexidade associada ao fenômeno da participação, dada a multiplicidade de fatores e variáveis envolvidos.

2.2 O sentimento de pertença ao lugar

O lugar é o cenário interativo dos acontecimentos, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos. Por isso não é apenas porção e sim síntese da totalidade socioespacial. Há, pois, uma “ordem local” diretamente associada ao cotidiano das pessoas, cujos parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade e a cooperação (SANTOS, 1996a). Eis a escala humana que se identifica pela relação entre as pessoas, entre estas e o seu entorno (ambiente, empresas e instituições), pautada na interdependência e na comunidade de interesses, mas também, e principalmente, no cotidiano conflitante e solidário vivido em comum.

A “força do lugar” reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum (SANTOS, 1996a). O lugar se apresenta para as pessoas por sua materialidade, pela aparência conhecida e familiar dos elementos que o compõem – casas, ruas, campos, a vizinhança, o clima habitual, etc. É certo que tal materialidade participa ativamente da vida das pessoas, envolvendo-as por todos os lados, sendo assim, no território, que os fatos ganham plena significação, tornando-se fatos socioespaciais.

A existência humana é um fato espacial (“quem existe, existe em algum lugar”, diria Aristóteles). Como tal, feito lugar, o espaço é parte integrante da identidade de uma pessoa, portanto indissociável da cultura e da história. O sentimento de pertença (pertencimento) ao lugar é assim fundamental à consciência coletiva (do indivíduo no lugar, integrante de uma comunidade), isto é, a percepção mais ampla do entorno e a identidade de interesses entre o indivíduo e a coletividade. O lugar além de espaço percebido é também espaço sentido e este sentimento é fundamental para estabelecer uma verdadeira relação de respeito e compromi-

so (no sentido ecológico) com o meio social e natural.

Por identidade se entende precisamente o processo de construção de significados culturalmente estabelecidos e inter-relacionados. Tal construção se configura como um processo contínuo de afirmação do indivíduo frente a coletividade ou a “ameaças externas”. Desta construção resulta o sujeito, entendido como aquele que se individualiza na construção de sua própria história ou o “ator social coletivo” que alcança o “significado holístico em sua experiência” (CASTELLS, 2000, p. 26). Uma importante questão, que merece toda atenção de todos quantos se dedicam à compreensão da realidade territorial local, é a sobrevivência da comunidade diante dos processos cada vez mais globalizantes. Castells (op. cit.) afirma que as lutas contra a exploração econômica, a dominação cultural ou ainda contra a repressão política, levaram as pessoas à organização e ao auto-reconhecimento com base no território. Tal processo, paradoxalmente, reforçou o caráter comunitário mediante a produção de significado e de identidade (“minha vizinhança”, “minha comunidade”, etc). Assim, entende o autor, tem-se uma “identidade defensiva, uma identidade de entrincheiramento no que se entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável” (p. 80).

O lugar, por sua essência humana, é o espaço vivido, no qual as pessoas constroem suas vidas e com o qual elas se identificam e ao qual associam a sua história. No lugar, a proximidade, que se define no cotidiano e no território compartilhados, é fator de solidariedade, além de reforçar a cultura e deste modo a identidade (SANTOS, 1996a). Pertencimento a um lugar é um sentimento tão indispensável à pessoa quanto pertencer a uma família ou a um grupo social. Trata-se, pois de um sentimento em duplo sentido, já que a pessoa tanto se sente pertencente a um determinado lugar quanto o toma como seu. Ao longo da vida, as pessoas tomam para si elementos do espaço que adquirem algum significado em suas vidas. A escola, um esquina, um riacho, uma casa, uma árvore entre tantas outras, podem ser referências importantes, especiais, para toda a existência de uma pessoa. O que torna o

espaço um lugar é, essencialmente, a emoção e o simbolismo, que o referenciam na existência humana (TUAN, 1976).

Sem embargo, o sentimento de pertença ao lugar, enquanto resultado da vida cotidiana, está entre as “energias intangíveis” e pode (deve) ser acionado como força de desenvolvimento (LE BOURLEGAT, 2000). Assim, o desenvolvimento local expressa uma concepção de desenvolvimento que valoriza o lugar como referência territorial e propõe estabelecer uma relação de mútuo fortalecimento com a identidade cultural comunitária. A rede de solidariedade e a gestão democrática e autônoma dos interesses locais frente aos interesses globais são, pois, fundamentos da endogenia e referências da afirmação da identidade individual e comunitária.

3 Desenvolvimento local e turismo

Enquanto estratégia, o desenvolvimento local implica na exploração dos recursos e meios disponíveis, no enfrentamento e superação dos entraves e no aproveitamento das condições favoráveis e das oportunidades. Na perspectiva de um verdadeiro desenvolvimento local, a meta não é o progresso material (acúmulo de bens) ou a expansão da oferta local de emprego e renda, mas a promoção da vida, a satisfação plena das necessidades fundamentais de uma comunidade³, ou um efetivo combate a todas as formas ou manifestações da pobreza humana. Na verdade, a produção material em si não é problema, mas o fato de sua progressão se pautar nas necessidades do mercado, que estimula e se sustenta do consumismo, isto é, do consumo desmedido de modismos e de supérfluos⁴. Obviamente se está falando da lógica da acumulação capitalista, que dinamiza a sociedade de consumo, cuja medida de riqueza se dá pela quantidade de bens (expansão patrimonialista). Aqui se coloca uma questão fundamental, que é a conquista do desenvolvimento sustentável, o desafio do momento, a ser alcançado no âmago de uma sociedade amplamente desigual e consumista e, portanto, insustentável, qualquer que seja a dimensão considerada.

Ainda que se entenda como reação aos interesses e a exploração que vêm de fora,

representantes de uma ordem globalizante, impessoal e com elevada capacidade de realização, ao voltar-se para o lugar, isto é, as tentativas de mobilização da população local no sentido de gerir seus recursos e promover seu bem-estar de forma mais autônoma, ao menos parece ficar cada vez mais visível a força que representa uma comunidade organizada, ciente de suas limitações e de suas metas. Verifica-se que a “redescoberta do lugar”, do território que revela a totalidade sistêmica (unidade dialética) entre a sociedade humana e a natureza, está associada à busca por meios (estratégias, modalidades) sustentáveis de atender às necessidades das pessoas ou do próprio capital. Os desafios crescentes no sentido de superar as carências e as desigualdades sociais e econômicas, materializadas na pobreza humana, têm levado as localidades a buscarem alternativas que possibilitem a gestão local e a participação ativa da população⁵.

Neste contexto, a preocupação com a sustentabilidade se faz presente como tema de estudos e de debate nas mais variadas áreas do conhecimento. Trata-se da utopia⁶ herdada do último século, no sentido de que, diante da necessidade de garantir as condições de futuro, exercem-se a vontade e a imaginação em busca de uma situação comparavelmente melhor, em que a sobrevivência e a felicidade humana estejam fundadas em uma relação com a natureza capaz de se manter no espaço e no tempo. O desenvolvimento local é cada vez mais discutido e defendido como um caminho possível e realista para a conquista do desenvolvimento sustentável que, conforme sua definição consagrada pela Agenda 21, é aquele que se fundamenta no uso racional dos recursos naturais, sendo esta racionalidade pautada pela garantia das condições de existência das gerações futuras, proclamando, em sua essência, a justiça social (equidade), o projeto coletivo, a conservação ambiental e o respeito à integridade cultural dos povos.

No âmbito do Turismo, o debate é cada vez mais profícuo. Ali o desenvolvimento local parece acenar com premissas fundamentais e voltadas para a valorização do ser humano, como são o compromisso com a cidadania e o respeito à natureza, sobre as quais se move a formulação do que deno-

miná-se de Turismo Sustentável, Turismo com Base Local e Ecoturismo. Entende-se, pois, que a sustentabilidade, em sentido amplo, multidimensional (ambiental, social, cultural e econômico) seja inerente ao desenvolvimento de uma comunidade fundada em base ecológicas e humanísticas. Mas a questão que se coloca aqui, sem a pretensão de respondê-la definitivamente, é a de como encarar a atividade turística, considerando o quanto tem sido desejada por seu potencial dinamizador, isto é, seus efeitos sinérgicos sobre a realidade socioeconômica local, em vista dos princípios e pressupostos do desenvolvimento local? A questão é especialmente válida para os lugares que apresentam variados recursos turísticos e que, portanto, enfrentam o dilema da premência pela geração de emprego e renda e a preocupação com a sustentabilidade.

Etimologicamente, a palavra turismo encerra a ação de viajar, por prazer ou por conhecimento, traduzindo-se pela idéia de saída e retorno a um lugar de origem (BLANCO, 1992). Claro que não significa propriamente “dar uma volta”, mas também não admite a idéia de permanência, de uma viagem permanente. O turista que por qualquer razão resolve se fixar no lugar visitado terá se tornado um migrante.

Não há dúvida de que a atividade turística seja prazerosa, senão como explicar o seu crescimento até mesmo em conjunturas econômicas desfavoráveis. Enquanto atividade econômica, o turismo vende muito mais do que a paisagem a ser contemplada, do que o lazer, a diversão ou o exótico. Vende igualmente expectativas, história, lendas e contos; vende todas as possibilidades de fluir a imaginação e o pensamento nostálgico do turista quando em interação com a paisagem; vende a ilusão consubstanciada na expectativa do desconhecido. Neste sentido afirma Rodrigues, A. B.: “Não há dúvidas de que os turistas compram ilusões, ou o que imaginam que o lugar escolhido para passar férias possa oferecer” (2000, p. 112). Seja como for, consumindo o concreto ou o abstrato, o prazer e a fantasia, o que de fato se busca no turismo é a satisfação. Logo, satisfazer plenamente o turista, em suas aspirações, desejos e expectativas, constitui o objetivo mais elementar dos que promovem o turismo.

Embora a atividade turística seja universal em sua concepção e prática, o fenômeno turístico tem peculiaridades e especificidades que decorrem, em última análise, do conteúdo único de cada lugar. Os lugares e as atrações naturais são únicos, não obstante os atrativos técnicos possam ser muito semelhantes e mesmo iguais independente de sua localização. Elementos naturais ou técnicos que possam ser “consumidos” pelo turista constituem recursos ou potencialidades susceptíveis de exploração econômica, isto é, de gerar renda, lucro, retornos financeiros.

Enquanto atividade econômica, o turismo é reconhecidamente rentável, mas também pode ser fonte de inúmeros impactos sociais, culturais e não apenas ambientais. A rigor, não há como se evitar os impactos do turismo sobre o ambiente ou sobre a comunidade de destino, por mais simples ou rústico que seja. Isto não faz o turismo uma atividade intrinsecamente ruim ou inviável. Sobre a questão, afirma Ruschmann (2000, p. 66): “Não existe turismo bom ou mau, um que respeita o meio ambiente e outro que o destrói. (...), pois nenhum tipo de turismo, mesmo o mais brando, é capaz de não agredir o meio ambiente”. Isto coloca, mais uma vez, a questão da sustentabilidade.

O chamado turismo sustentável seria aquele que atende às necessidades do turista sem comprometer o uso dos recursos pela população local e suas condições de futuro. Seria o caso de tal como Rodrigues, A. M. (1997), proclamarmos que, em essência, a atividade turística, ou o próprio desenvolvimento, seja incompatível com a sustentabilidade? Se a idéia de desenvolvimento for aquela que objetiva unicamente incrementar a renda e a oferta de emprego no local, então a resposta é sim. Ocorre que a insustentabilidade ambiental e socioeconômica decorre fundamentalmente:

1. De uma visão/consciência que entende o desenvolvimento exclusivamente como progresso material/patrimonial ilimitado e centra no mercado, na inserção comercial, a expectativa de superar as desigualdades e as carências sociais;
2. Do consumismo desenfreado alimentado pela multiplicação dos desejos, da vontade de ter, possuir.

De fato, a sustentabilidade sociocultural e ambiental não pode ser conquistada pela lógica do mercado (RODRIGUES, A. M. op. cit.). Como evoluir sobre esta constatação, isto é, refletir sobre a atividade turística enquanto atividade econômica sem decretar sua insustentabilidade social ou ambiental? Com base no que foi tratado até aqui, é coerente considerar que a sustentabilidade não deve ser vista como um atributo de qualquer atividade em si, mas como resultado possível, uma virtualidade, a ser buscada em meio a uma conjugação de fatores socioculturais e de interesses estritamente econômicos.

Acredita-se que, à escala humana, local, possa se surpreender e identificar concretamente os distintos interesses que jogam e tentam fazer valer aquilo que, distintamente, cada qual entende por desenvolvimento. Qualquer que seja a modalidade ou tipo de turismo, haverá sempre os que ganham e os que perdem. Entende-se, assim como Souza (1997), que seja esta uma questão fundamental, isto é, conhecer os diferentes grupos de interesse e a capacidade (poder) que cada qual tem para concretizar seus objetivos e estratégias. A idéia de que com as agressões ao meio ambiente natural, todos perdem, não é imediatamente verdade para todos. Da mesma forma, não é absolutamente verdade que todos ganham com a elevação da renda local ou com aumento da oferta de empregos.

A idéia do Turismo com Base Local o define como o resgate e a promoção das especificidades do lugar, do “único”. Acredita e valoriza o conhecimento popular local na explicitação dos problemas e na busca de soluções (RODRIGUES, A. B., 1997). Esta concepção parte claramente das premissas do desenvolvimento local quando elege o local como escala mais realista e a comunidade como gestora do seu próprio desenvolvimento. É importante considerar que o diferencial deste entendimento não está propriamente na valorização do lugar ou na escala de ação ou ainda na proposta do planejamento amplamente participativo. A distinção está essencialmente na tentativa de assimilar (e obviamente por em prática) uma nova compreensão do próprio desenvolvimento, que se volta para as pessoas não apenas como beneficiárias, mas como sujeitos, agentes (e não atores), na conquista da equi-

dade social, dos meios de subsistência e da própria sustentabilidade.

Volta-se neste momento a uma questão crucial. Trata-se do compromisso e da responsabilidade da pessoa em uma coletividade. Já se afirmou que em um contexto de mobilização deve imperar o senso de compromisso e de responsabilidade. Compromisso ou comprometimento envolve, a um só tempo, obrigação e empenho pessoal em relação aos termos de uma decisão ou mesmo de um plano; significa portanto tornar ou tornar-se responsável. O senso de compromisso (sentimento interior, que não se garante simplesmente com uma assinatura) realmente só se estabelece na medida em que a pessoa:

- Tem consciência da realidade, na qual se supõe ter mínima clareza sobre com o quê está se comprometendo;
- Entende e sente que vale a pena se comprometer;
- Efetivamente aceita se comprometer e, portanto, agir com responsabilidade.

Deve-se considerar que compromisso e responsabilidade envolvem questões subjetivas e objetivas, interesses individuais e coletivos, que balizam o envolvimento efetivo e envolvem ações intencionais e racionais. E o desenvolvimento sustentável, tal como assinala Bartholo Jr. e Bursztyn (2001), requer que a pessoa assuma perspectivas de longo prazo e se disponha à conquista de um futuro incerto e surpreendente⁷. Neste sentido, o compromisso e a responsabilidade são realmente capacidades éticas que, em última análise, se voltam para a sustentação da vida.

Outra questão também fundamental é observar que a temporalidade (breve, fugaz) característica à prática do turismo, na medida em que dificulta (ou mesmo impede) que o turista tenha uma experiência mais intensa com a vida local, restringe igualmente a possibilidade do entendimento e do envolvimento e, por conseguinte, solapam o compromisso e o respeito. Obviamente que há outros fatores e variáveis intervenientes neste processo que não devem ser esquecidos, como por exemplo, a educação e a cultura. A postura diante do lugar e das pessoas, que afeta a ética e a responsabilidade, tem determinantes que extrapolam a pessoa do

turista, colocando-se antes e depois dele. A questão é, pois, paradigmática e tem a ver com visão e consciência de mundo e da relação sociedade e natureza. As distintas formas de agressão ao meio imposta pelo turista não são meras ações individuais, pelas quais se deve responsabilizar unicamente a pessoa do turista. Concorde-se aqui com a idéia de que, neste caso, a responsabilidade pelos efeitos certamente indesejáveis do “consumo” inadequado não cabe apenas ao “consumidor”, mas a todo o aparato “produtivo” e “comercial” que se edifica e funciona em torno da atividade turística.

A conquista da sustentabilidade não parece depender unicamente da organização, do aparato técnico e de princípios e objetivos ecologicamente corretos e bem intencionados. Acredita-se, tal como Bartholo Jr. e Bursztyn (op. cit.) que ela requer uma nova ética, a ser socialmente construída, que defina os limites e os pressupostos da responsabilidade civil e de uma cidadania pautada no respeito e na promoção da vida.

Notas:

¹ “Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. (...) O cidadão é um indivíduo no lugar” (SANTOS, 1996b).

² Sobre o tema ver o interessante trabalho de Mancur Olson, *A lógica da ação coletiva*, 1999.

³ Max-Neef et. al. (1986), entendem que são nove as necessidades humanas fundamentais: subsistência, proteção, afeto, entendimento, procriação, participação, ócio, identidade e liberdade.

⁴ “El consumismo: la enfermedad de nuestra cultura”, para Elizalde (2000, p. 53).

⁵ As municipalidades sul-matogrossenses por exemplo, conforme indicamos em um outro trabalho (CARPIO et al, 1999).

⁶ Uma boa utopia, que orienta a prática e o pensamento, na medida em que se entende que a sustentabilidade encerra uma situação de vida melhor, possível, pela qual vale a pena lutar.

⁷ “O desenvolvimento sustentável exige assumir perspectivas de longo prazo, numa visão de futuro em que a incerteza e a surpresa se fazem presentes” (p. 182).

Referências

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set./2000.

BLANCO, M. R. *Teoria general de turismo*. 2. ed. México: Editorial Diana, 1992.

- BARTHOLO Jr., R. S., BURSZTYN, M. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, M. (org.). *Ciência, Ética e Sustentabilidade*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. p. 159-188
- CAPRA, F. *O ponto de mutação - a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARPIO, J. , BOURLEGAT, C. A., MARTINS, S. R. O. Los retos del Mato Grosso do Sul: entre la globalización y el desarrollo local. In: MARQUEZ, D. (coord). *Territorio y Cooperación*. Sevilla: AGEAL/Universidade de Sevilla, 1999.
- CARPIO, J. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, M. A. A. et al (org). *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora EDESP, 1999. p. 169-177.
- _____. Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 57-66, set./2001.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2.
- DIAS, G. F. *Populações marginais em ecossistemas urbanos*. 2. ed. Brasília: IBAMA, 1994.
- ELIZALDE, A. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 51-62, set./2000.
- LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. In: *Interações - Revista Interna-*
- cional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p.13-20, set./2000.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. *Desarrollo a Escala Humana: una opción para el futuro*. Londres: CEPAAUR, 1986.
- RODRIGUES, Adyr B. Turismo local: oportunidades para inserção. In: _____. (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 55-64.
- _____. Truismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.) *Turismo e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Papirus, 2000. p. 111-126.
- RODRIGUES, Arlete M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: Rodrigues, A. B. (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 42-54
- RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 6. ed. Campinas: Pairus, 2000.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1996b.
- SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: Rodrigues, A. B. (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec. p. 17-22. 1997.
- TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. *Anais da Associação de Geógrafos Americanos*, v. 66, n. 2, junho/1976.

